

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

**Informativo da Comissão de Política de
Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC**

Ano 8 – Número 0436 – 01/12 à 05/12/2025

CBIC

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos do Novo Caged/MTE*

Destaque da Semana

[Governo Federal empossa 829 novos auditores-fiscais do Trabalho aprovados no CNU](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 02/12/2025

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, empossou nesta segunda-feira 829 novos auditores-fiscais do Trabalho, ao lado de representantes dos trabalhadores, dos empregadores e de organismos internacionais. Trata-se do maior ingresso da história da carreira e um marco na estratégia do Governo Federal de reconstruir e fortalecer o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Segundo Luiz Marinho, a realização do Concurso Nacional Unificado (CNU) representa um movimento decisivo de retomada institucional após anos de desmonte. O ministro ressaltou que o reforço no quadro só foi possível graças à decisão do povo brasileiro ao eleger um governo comprometido com o fortalecimento do Estado e com políticas públicas de proteção social. Ele destacou ainda que o modelo unificado ampliou transparência e igualdade de oportunidades, recompondo uma carreira essencial para garantir direitos trabalhistas em um país de dimensões continentais.

Luiz Marinho lembrou que a chegada da nova turma ocorre em um momento ainda marcado pelos impactos de políticas que precarizaram as relações de trabalho. “Por mais que comemorem, nunca teremos auditores suficientes para olhar cada detalhe do Brasil, mas este concurso representa um passo decisivo”, afirmou.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Confederações contestam substituição de índice de correção de depósitos judiciais](#)

Supremo Tribunal Federal - 05/12/2025

A Confederação Nacional de Serviços (CNS), a Confederação Nacional do Transporte (CNT) e a Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde) acionaram o Supremo Tribunal Federal (STF) contra a alteração do índice de correção aplicável aos depósitos judiciais e administrativos em processos que envolvam a União, suas autarquias, fundações e empresas estatais. A questão é objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7905.

[Lei de Recuperação Judicial e Falência no âmbito trabalhista é o Tema do Mês da Biblioteca do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/12/2025

O Tema do Mês de dezembro/25 e janeiro/26 da Biblioteca Délio Maranhão do Tribunal Superior do Trabalho é "[Lei de Recuperação Judicial e Falência no âmbito trabalhista](#)". A curadoria é da Comissão de Documentação e Memória do TST, que selecionou artigos, capítulos de livros, trabalhos acadêmicos e jurisprudência sobre a matéria.

[Rádio TST: Contribuição sindical é obrigatória?](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/12/2025

Até a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), todos os empregados com vínculo celetista eram obrigados a pagar o chamado imposto sindical, correspondente a um dia de salário por ano. Com a mudança na legislação, esse desconto só pode ser feito com autorização expressa e por escrito do empregado. A CLT prevê ainda outras contribuições para entidades sindicais. Uma delas é a contribuição assistencial.

[Mecânico contratado no Brasil para atuar em país africano tem reconhecido prazo de três anos para ajuizar ação](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/12/2025

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu que um mecânico contratado em Belo Horizonte (MG) por empresa brasileira para atuar na Guiné Equatorial, na África, pode ajuizar ação trabalhista até três anos depois da dispensa. Para o colegiado, a norma mais favorável ao trabalhador, ainda que estrangeira, deve prevalecer.

[Aposentado por doença psiquiátrica terá restabelecidos os pagamentos de vale-alimentação e PLR](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/12/2025

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Vale S.A. a restabelecer o pagamento do auxílio-alimentação e da participação nos lucros e resultados (PLR) a um empregado aposentado por invalidez decorrente de doença do trabalho. Embora a aposentadoria por invalidez, em regra, suspenda o contrato de trabalho, o colegiado aplicou a exceção reconhecida pela jurisprudência do TST nos casos em que a incapacidade permanente decorre de doença ocupacional relacionada ao descumprimento de normas de saúde e segurança.

[Norma coletiva de mineradora que suprimiu 70 minutos residuais por dia é inválida](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/12/2025

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho restabeleceu a condenação da mineradora de ouro AngloGold Ashanti ao pagamento de 1h10 extras por dia a um electricista cuja rotina incluía atividades obrigatórias antes e depois do registro do ponto. O colegiado considerou abusiva a supressão do período por norma coletiva e afastou a validade da cláusula, por entender que houve violação a direito indisponível.

[Irmãos de trabalhador eletrocutado em obra de rodovia têm direito reconhecido à indenização](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/12/2025

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu o direito à indenização para as duas irmãs de um trabalhador que morreu eletrocutado durante serviço em uma rodovia no Pará. A prestadora de serviços, o Estado do Pará e a Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. foram responsabilizados pela morte do empregado.

[TST afasta penhora de aposentadoria em cobrança contra procurador que levantou valores indevidos](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/12/2025

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho afastou a penhora de 20% sobre os proventos de aposentadoria de um procurador da Conseil Logística e Distribuição Ltda., determinada em execução trabalhista movida pela Ambev S.A. O colegiado concluiu que, ainda que os valores tenham sido levantados indevidamente, a dívida tem natureza civil, e não alimentar, o que impede a penhora dos proventos.

Notícias do Executivo

[Especialistas e gestores defendem fortalecimento do Sistema Público de Emprego em seminário dos 35 anos do FAT e do Codefat](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 05/12/2025

O segundo dia do seminário “Trabalho, Renda e Desenvolvimento: 35 anos do FAT e do Codefat”, realizado nesta quinta-feira (4), em Brasília (DF), reuniu gestores estaduais, especialistas, técnicos, representantes de trabalhadores e empregadores para um amplo debate sobre os desafios e caminhos para fortalecer o Sistema Público de Emprego (SPE). O encontro destacou experiências estaduais, análises sobre a sustentabilidade do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e discussões sobre qualificação profissional, intermediação de mão de obra e integração federativa.

[São Paulo aprova 14 propostas para a etapa nacional da II Conferência Nacional do Trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 05/12/2025

Debates reuniram governo, trabalhadores e empregadores na Superintendência Regional do Trabalho e destacaram qualificação, proteção social e fortalecimento da negociação coletiva. A etapa São Paulo da II Conferência Nacional do Trabalho (II CNT) foi realizada nesta quinta-feira (4), na Superintendência Regional do Trabalho, reunindo representantes do governo, trabalhadores e empregadores em um dia de debates dedicados aos principais desafios do mundo do trabalho. Em um processo participativo e tripartite, os delegados analisaram temas centrais como qualificação profissional, proteção social, inclusão produtiva e fortalecimento da negociação coletiva.

[Especialistas alertam para riscos ao FAT e defendem fortalecimento do fundo em Carta-Manifesto pelos 35 anos](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 05/12/2025

A divulgação da Carta-Manifesto pelos 35 anos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), realizada nesta quarta-feira (3) durante o seminário “Trabalho, Renda e Desenvolvimento”, em Brasília (DF), mobilizou especialistas, representantes sindicais e entidades do setor produtivo. O documento reforça a necessidade urgente de proteger as receitas do fundo, alerta para riscos fiscais e trabalhistas e destaca a importância de manter a governança tripartite, considerada estratégica para o desenvolvimento do país.

[Paraná conclui etapa estadual da II Conferência Nacional do Trabalho e aprova 14 propostas](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 04/12/2025

A etapa estadual da II Conferência Nacional do Trabalho (II CNT) foi realizada no dia 3 de dezembro, em Curitiba, reunindo representantes de trabalhadores, empregadores e governo para discutir os desafios do mundo do trabalho e construir propostas que serão apresentadas na etapa nacional, prevista para março de 2026, em São Paulo. O encontro ocorreu na sede da Polícia Rodoviária Federal e resultou na aprovação de 14 propostas prioritárias para o estado.

[MTE atualiza NR 16 e fortalece proteção para trabalhadores que utilizam motocicletas](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 04/12/2025

O Ministério do Trabalho e Emprego publicou, na última quarta-feira, no Diário Oficial da União, a Portaria MTE nº 2.021, de 3 de dezembro de 2025, que aprova o novo Anexo V da Norma Regulamentadora nº 16 (NR 16), voltado às atividades perigosas realizadas com motocicletas. A norma, que entra em vigor em 120 dias, marca a conclusão de um processo de construção normativa tripartite, iniciado durante a 26ª Reunião Ordinária da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP).

[“Capacitar nossa mão de obra é fundamental para o Brasil avançar”, afirma Luiz Marinho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 03/12/2025

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou nesta quarta-feira (3) que o Brasil “caminha a passos largos” para retomar a sexta posição entre as maiores economias do mundo, posto alcançado em 2011. Ele destacou que a qualificação da mão de obra será determinante para esse avanço. “O conhecimento e a qualidade da nossa mão de obra — portanto, capacitação e qualificação — são fundamentais para que alcancemos esse objetivo”, ressaltou.

[Ceará abre etapa estadual da II Conferência Nacional do Trabalho com participação do ministro Luiz Marinho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 02/12/2025

Nesta segunda-feira (1º), o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou do lançamento da etapa estadual da II Conferência Nacional do Trabalho (II CNT) no Ceará. O evento, realizado no auditório do Sebrae, reuniu representantes de trabalhadores, empregadores e governo para discutir os desafios e as perspectivas do mundo do trabalho e elaborar propostas que serão encaminhadas à etapa nacional, prevista para março de 2026, em São Paulo.

[Bahia realiza etapa estadual da II Conferência Nacional do Trabalho e aprova 15 propostas para a etapa nacional](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 01/12/2025

A etapa estadual da II Conferência Nacional do Trabalho (II CNT) foi realizada na última sexta-feira (28), em Salvador, reunindo representantes de trabalhadores, empregadores, governo e instituições do sistema de Justiça. O encontro, realizado no Hotel Fiesta, debateu os principais desafios do mercado de trabalho baiano e aprovou 15 propostas que serão encaminhadas à etapa nacional, prevista para março de 2026, em São Paulo. A II CNT é um espaço tripartite, democrático e paritário, voltado à construção de políticas públicas que promovam o trabalho decente, a inclusão produtiva, a proteção social e o desenvolvimento econômico e social do país.

[Governo Federal e Sesi lançam 1.500 vagas gratuitas de qualificação para jovens no Ceará pelo SEJA PRÓ+ Trabalho e Emprego](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 01/12/2025

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Conselho Nacional do Sesi (CN-Sesi) lançaram, nesta segunda-feira (1º), no Ceará, 1.500 vagas gratuitas de qualificação profissional para jovens por meio do programa SEJA PRÓ+ Trabalho e Emprego. A iniciativa integra um conjunto de 25 mil vagas ofertadas em todo o país, combinando Educação de Jovens e Adultos (EJA) com cursos profissionalizantes para trabalhadores de 18 a 29 anos que não concluíram a educação básica ou o ensino médio.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Unicamp lança aplicativo para combater violência e assédio no trabalho em parceria com MPT](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/12/2025

Na próxima quarta-feira (10/12), às 10 horas, será realizado no auditório “Zeferino Vaz”, na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o evento de lançamento do aplicativo “Trabalho Sem Assédio”, uma ferramenta inovadora voltada à prevenção e ao combate à violência, à discriminação e ao assédio no ambiente laboral. O aplicativo é fruto de um Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Unicamp e o Ministério Público do Trabalho (MPT), com apoio da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

[Mais de 1,2 mil resgatados em forças-tarefas integradas pelo MPT até outubro](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/12/2025

De janeiro até meados de outubro deste ano, o MPT participou de 167 forças-tarefas, que resultaram no resgate de 1.229 trabalhadores e trabalhadoras submetidos a condições degradantes de trabalho. No período, foram firmados 200 TACs, totalizando R\$ 7.009.114,20 em indenizações por danos morais individuais e R\$ 4.185.000,00 por danos morais coletivos. As equipes também ajuizaram 11 Ações Civas Públicas no contexto das fiscalizações.

[Destinação do MPT-DF viabiliza inauguração de Laboratório de Análise de Metais Tóxicos da Unicamp](#)

Ministério Público do Trabalho - 02/12/2025

A Unicamp inaugurou, no mês de novembro, o novo Laboratório de Análise de Metais Tóxicos, instalado no prédio da Medicina Translacional na Faculdade de Ciências Médicas (FCM). O espaço amplia a capacidade do Laboratório de Toxicologia Analítica da Unicamp e do CIATox-Campinas para análises complexas de metais que oferecem riscos à saúde humana e ao ambiente.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[SRTE/PA empossa 51 novos Auditores-Fiscais do Trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 04/12/2025

A Superintendência Regional do Trabalho no Pará (SRTE/PA) realizou, na segunda-feira, 1º de dezembro, a cerimônia de posse dos novos Auditores-Fiscais do Trabalho. O ato ocorreu simultaneamente na sede da Superintendência, em Belém, nas Gerências de Marabá e Santarém, e na Agência de Castanhal. Assinaram o Termo de Exercício 51 novos Auditores-Fiscais do Trabalho.

[Novos Auditores ampliam em mais de 50% efetivo em Mato Grosso](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 04/12/2025

A Superintendência Regional de Trabalho e Emprego de Mato Grosso (SRTE-MT) e a Delegacia Sindical do SINAIT (DS/MT) empossaram nesta segunda-feira, 1º de dezembro, 26 novos Auditores Fiscais do Trabalho, nomeados em novembro pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), aprovados no Concurso Público Nacional Unificado (CPNU).

[Na CTRAB, SINAIT acompanha leitura do relatório da PEC 8-2025, escala 6X1](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 03/12/2025

Nesta quarta-feira, 3 de dezembro, o presidente do SINAIT, Bob Machado, e as diretoras da entidade Rosa Jorge e Olga Valle acompanharam a leitura do relatório apresentado à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 8 de 2025, feita pelo relator deputado federal Luiz Gastão (PSD-CE), na Subcomissão Especial, instituída no âmbito da Comissão do Trabalho (CTRAB), na Câmara dos Deputados.

Outras Notícias

[TRT-23 reconhece rescisão indireta de gestante após alteração na jornada de trabalho](#)

Consultor Jurídico - 07/12/2025

Mudanças no horário ou nas condições de trabalho sem o consentimento mútuo entre empregado e empregador podem justificar o fim do contrato. Com base nessa tese, o Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) reconheceu o pedido de rescisão indireta feito por uma trabalhadora de uma rede de farmácias e manteve parcialmente a indenização estabelecida em primeira instância.

[Diversidade do trabalho no Brasil exige contratos flexíveis, diz dirigente da CNI](#)

Consultor Jurídico - 07/12/2025

A grande heterogeneidade das empresas e dos setores econômicos do Brasil torna a flexibilização dos contratos não apenas possível, mas estritamente necessária. Essa é a visão de Alexandre Furlan, presidente do Conselho de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Para o dirigente, a modernização das relações laborais é crucial para criar segurança jurídica e atender às particularidades de cada área.

[Entre o protecionismo estatal e a liberdade econômica](#)

Consultor Jurídico - 07/12/2025

A Justiça do Trabalho foi concebida e instalada no contexto do processo histórico de transição socioeconômica e política iniciado com a Revolução de 1930, que elevou Getúlio Vargas ao poder. O projeto político então implantado buscava oferecer respostas concretas para a denominada “questão social”, responsável por gerar múlti-

plos conflitos e grande instabilidade socioeconômica e política, ao mesmo tempo em que também pretendia assegurar as condições necessárias para a mudança da matriz econômica agrária e voltada à exportação para o modelo de produção e acumulação industrial.

[Trabalhadora obrigada a usar vestiário masculino deve ser indenizada](#)

Consultor Jurídico - 05/12/2025

A 13ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) reformou sentença e determinou o pagamento de R\$ 8 mil, a título de danos morais, a uma trabalhadora obrigada a utilizar banheiro e vestiário masculino no condomínio residencial onde atuava como auxiliar de serviços gerais.

[Papel da Justiça do Trabalho não é distribuir renda, afirma professor](#)

Consultor Jurídico - 05/12/2025

Decisões judiciais trabalhistas não devem ser usadas pelos magistrados como um mecanismo de distribuição de renda, pois essa prerrogativa não pertence ao Judiciário. O papel essencial da Justiça do Trabalho é o de solucionar conflitos laborais a partir da aplicação da lei. Essa é a percepção do advogado Nelson Mannrich, professor de Direito do Trabalho e da Seguridade Social da USP.

[Desconsideração indireta e grupo econômico trabalhista após o Tema 1.232](#)

Consultor Jurídico - 05/12/2025

O julgamento do Tema 1.232 da Repercussão Geral pelo Supremo Tribunal Federal redesenhou a compreensão do grupo econômico trabalhista na fase de execução, ao deslocar a responsabilização patrimonial para o campo do abuso da personalidade jurídica e da desconsideração indireta. Trata-se de marco que redefine a jurisdição executiva na Justiça do Trabalho, sobretudo em realidade crescente de sofisticação de mecanismos de blindagem e evasão patrimoniais, estruturados por agrupamentos empresariais inidôneos.

[Gratuidade nas ações trabalhistas: mitos que a realidade desmente](#)

Consultor Jurídico - 05/12/2025

É comum ouvir no debate público a narrativa de que existe uma “indústria de ações trabalhistas” no Brasil. Nessa história, a gratuidade da justiça é frequentemente apontada como a grande vilã, incentivando um número excessivo de processos e sobrecarregando o sistema. No entanto, a realidade se mostra muito diferente e bem mais complexa. Desde que contextualizados, os números — então apenas absolutos — revelam que a alta judicialização é um sintoma de problemas estruturais profundos em nosso mercado de trabalho.

[Pejotização: o desafio do STF entre modernização e litigiosidade](#)

Consultor Jurídico - 04/12/2025

A pejotização é um dos temas trabalhistas cuja discussão no STF (Supremo Tribunal Federal) está entre as mais relevantes dos últimos anos. Essa controvérsia se deve à resistência de parte do Judiciário trabalhista em reconhecer a diversificação das formas de produzir e trabalhar que se intensificaram nas últimas décadas, bem como em admitir que o modelo de contrato previsto na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) já não corresponde integralmente a realidade atual de trabalho.

[Sindicato tem legitimidade para atuar em caso que envolve direitos individuais heterogêneos](#)

Consultor Jurídico - 02/12/2025

A 2ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (interior de São Paulo) reconheceu a legitimidade ativa do Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo para pedir, por meio de ação civil pública, o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo aos enfermeiros que atuaram na linha de frente do combate à Covid-19. A decisão deu provimento ao recurso ordinário interposto pela entidade, afastando a sentença de extinção do processo sem julgamento de mérito e determinando o retorno dos autos à vara de origem para o regular prosseguimento da ação.

[Parcelamento de FGTS atrasado não afasta rescisão indireta de contrato de trabalho](#)

Consultor Jurídico - 02/12/2025

A 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RN) reconheceu a rescisão indireta solicitada por uma ex-empregada de hospital por falta de depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mesmo que a empresa tenha feito um parcelamento na Caixa Econômica Federal para quitar os recolhimentos devidos. Ficou comprovado que o hospital deixou de fazer os depósitos durante vários meses, principalmente no período compreendido entre dezembro de 2021 e março de 2023.

[Estagiária grávida não tem direito a estabilidade provisória](#)

Consultor Jurídico - 01/12/2025

O direito à estabilidade da empregada gestante não se estende às estagiárias. Com esse entendimento, o juiz Marco Aurélio Marsiglia Treviso, titular da 1ª Vara do Trabalho de Uberlândia (MG), rejeitou o pedido de uma estagiária que buscava ser reintegrada ao trabalho ou indenizada pelo período correspondente à estabilidade provisória da gestante. A autora da ação atuou como estagiária em um varejo entre novembro de 2023 e novembro de 2024 e alegou ter sido demitida grávida.

[Construtora deverá indenizar em R\\$ 250 mil trabalhador soterrado em obra](#)

Migalhas - 06/12/2025

A 4ª Câmara do TRT-15 manteve a condenação de uma construtora por acidente de trabalho que deixou um empregado permanentemente incapacitado após desabamento de muro em obra pública, confirmando indenização por danos morais de R\$ 250 mil, pensão mensal vitalícia e dano moral em ricochete de R\$ 50 mil para a esposa e R\$ 50 mil para a filha. O colegiado reconheceu a responsabilidade objetiva da empresa, por entender que a atividade envolvia risco.

[STJ fixa critérios para suspender passaportes, CNH e cartões na execução](#)

Migalhas - 04/12/2025

A 2ª seção do STJ fixou, por unanimidade, que juízes podem aplicar medidas executivas atípicas, como suspensão de passaporte, CNH e bloqueio de cartões, desde que esgotados os meios tradicionais de execução e observados contraditório, proporcionalidade e fundamentação específica.

[TST restabelece benefícios a trabalhador aposentado por invalidez acidentária](#)

Migalhas - 04/12/2025

A 3ª turma do TST reconheceu o direito de empregado aposentado por invalidez acidentária ao recebimento do auxílio-alimentação e da participação nos lucros e resultados (PLR), mesmo durante a suspensão contratual. Por unanimidade, o colegiado condenou a empresa a pagar as parcelas desde a supressão, mantendo o pagamento enquanto persistir a aposentadoria por invalidez.

[OIT pede ações robustas do G7 para capacitar os jovens para o futuro do trabalho](#)

Organização Internacional do Trabalho - 05/12/2025

O diretor-geral da OIT, Gilbert F. Houngbo, conclamou os Ministros do Trabalho e Emprego do Grupo dos Sete (G7) a adotarem ações ousadas e decisivas para capacitar a juventude para o futuro do trabalho, expressando profunda preocupação com o fato de que um em cada cinco jovens não está estudando, empregado ou em treinamento.

[OIT publicará o Panorama Laboral 2025 da América Latina e do Caribe](#)

Organização Internacional do Trabalho - 04/12/2025

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançará o Panorama Laboral 2025 da América Latina e do Caribe, um relatório que analisa a evolução recente do emprego na região, com especial atenção às tendências de recuperação, à persistência de desigualdades e às transformações estruturais do mercado de trabalho.

[Entre 121 e 142 milhões de pessoas estão empregadas na economia circular em todo o mundo](#)

Organização Internacional do Trabalho - 04/12/2025

Entre 121 e 142 milhões de pessoas no mundo trabalham em setores que contribuem para a economia circular, como reparo, reciclagem, comércio de segunda mão e gestão de resíduos. Isso representa aproximadamente entre 5% e 5,8% do emprego global total (excluindo a agricultura), de acordo com um novo relatório

conjunto da Circle Economy, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Grupo Banco Mundial, em associação com a Parceria das Nações Unidas para a Ação em Economia Verde (UN-PAGE).

[Conselho de Administração da OIT conclui sua 355ª Sessão](#)

Organização Internacional do Trabalho - 03/12/2025

O Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) concluiu sua 355ª Sessão (realizada de 17 a 27 de novembro), abordando uma ampla gama de questões trabalhistas globais como parte de seu mandato de promover o trabalho decente e a justiça social. Durante os 10 dias de sessão, os membros analisaram o progresso do trabalho normativo, técnico e político da OIT, examinaram diversos casos relacionados a países e realizaram debates sobre desafios atuais e emergentes que afetam trabalhadores e empregadores em todo o mundo.

[Dezembro Laranja reforça alerta para proteção dos trabalhadores da construção civil contra o sol](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 01/12/2025

Com a entrada de dezembro e o aumento das temperaturas característico do verão, o Dezembro Laranja volta a mobilizar a sociedade para a importância da prevenção ao câncer de pele. No setor da construção civil, onde muitos profissionais passam horas sob sol intenso, o tema se torna ainda mais urgente.

[CBIC divulga Radar Convenções Coletivas de outubro](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 01/12/2025

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT), apresenta mais uma edição do Radar Convenções Coletivas, um informativo mensal produzido pela CPRT. O documento apresenta um panorama detalhado das negociações concluídas até a data-base de outubro de 2025, incluindo convenções coletivas e aditivos celebrados até 31 de outubro deste ano.

Atos Normativos

[SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 4.065 – SRRF04/DISIT, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025](#) (DOU de 01/12/2025 Seção I Pág. 125) - Contribuição Previdenciária a Cargo do Empregador sobre o Salário-Maternidade. Não Incidência. Tema Decidido pelo Supremo Tribunal Federal em sede de Repercussão Geral;

[RESOLUÇÃO CODEFAT/MTE N° 1.028, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2025](#) (DOU de 01/12/2025 Seção I Pág. 247) - Altera a Resolução Codefat n° 439/2005, atualizando as unidades do MTE responsáveis pelas manifestações técnicas relativas aos depósitos especiais remunerados do FAT;

[CIRCULAR CAIXA N° 1.099, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025](#) (DOU de 02/12/2025 Seção I Pág. 130) - Divulga a versão 35 (trinta e cinco) do Manual do FGTS- Utilização na Moradia Própria;

[PORTARIA MTE N° 2.021, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025](#) (DOU de 04/12/2025 Seção I Pág. 127) - Aprova o Anexo V - Atividades Perigosas em Motocicletas da Norma Regulamentadora n° 16 (NR-16) - Atividades e Operações Perigosas;

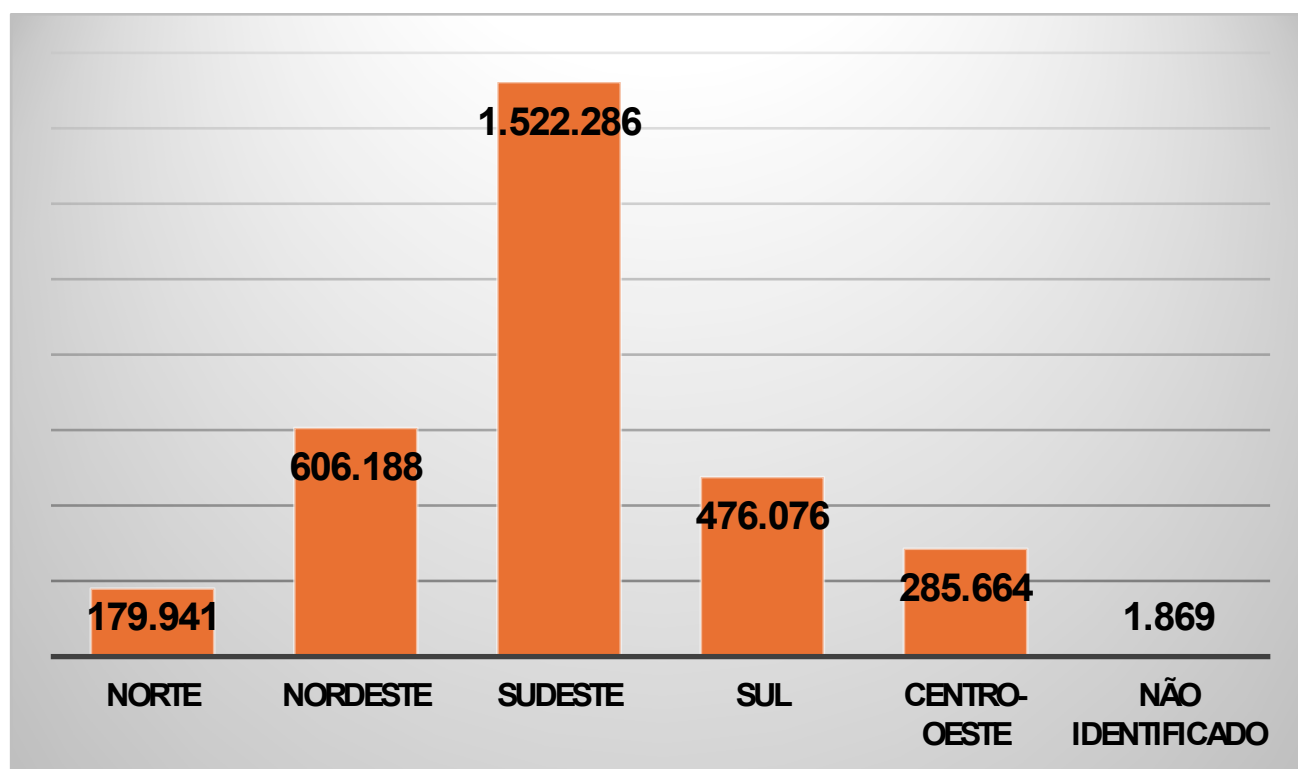
[PORTARIA INTERMINISTERIAL SG-PR/MTE/MDIC N° 204, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2025](#) (DOU de 05/12/2025 Seção I Pág. 01) - Institui Grupo de Trabalho Técnico com a finalidade de estabelecer diálogo com as organizações e entidades representativas da categoria de entregadores atuantes por intermédio de plataformas tecnológicas, com o intuito de formular propostas para promoção e garantia do trabalho decente;

[RESOLUÇÃO CODEFAT/MTE N° 1.029, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2025](#) (DOU de 05/12/2025 Seção I Pág. 232) - Dispõe sobre a aplicação do processo de Gestão de Riscos do Ministério do Trabalho e Emprego nas políticas públicas do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT;

[AVISO DE CONSULTA PÚBLICA](#) (DOU de 05/12/2025 Seção III Pág. 133) - Prorroga a consulta pública de que trata o Aviso de Consulta Pública publicado no DOU de 03 de outubro de 2025, seção 3, página 170, sobre a proposta de novo texto para o Anexo I - Relação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE (Versão 2.0), com o correspondente Grau de Risco - GR, da Norma Regulamentadora nº 4 - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO;

Dados estatísticos do Novo Caged/MTE

Estoque de trabalhadores formais na Indústria da Construção por região (outubro/25):



Fonte: Novo Caged/MTE

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente Executivo

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice-Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico